



'Comando de Greve' foi recebido na sala da presidência

GREVE NA UFPEL

Professores procuram a Câmara para servir de canal interlocutor

Na manhã de ontem um grupo de professores da Universidade Federal de Pelotas, mantiveram audiência com a vereadora Virgínia Fetter, presidente da Câmara e outros vereadores, solicitando apoio à greve da categoria, que reivindica além de reajuste salarial, melhores condições para o ensino público gratuito.

Sérgio Cassal, secretário geral da ADUFPEL, que serviu como porta-voz dos demais professores, fez à presidenta Virgínia e aos demais vereadores ampla exposição dos motivos que levaram os professores universitários a esta paralisação na suas atividades, das quais participam outras 45 universidades federais. "Estamos em greve, lutando em defesa do ensino público gratuito e de qualidade. Nosso movimento completa um mês sem nenhuma manifestação do Governo em relação às reivindicações apresentadas ainda no ano passado", disse Cassal. O secretário da ADUFPEL frisou ainda, que o reitor da UFPEL, Cesar Borges, apesar de ter sido procurado pelos professores mantém-se fechado ao diálogo. "O reitor não mantém o mínimo diálogo com a comunidade universitária. Enquanto que em outras universidades, os reitores, além de constante diálogo, já fizeram manifestações sobre o assunto".

DESMONTE

De acordo com o que foi dito pelos líderes do "comando de greve", a reivindicação não é apenas pelo reajuste salarial, o último reajuste aconteceu há 16 meses, sem que o Governo tenha respeitado a data base de janeiro. "A nossa grande preocupação diz respeito ao desmonte da Universidade Pública, o que, lamentavelmente, já é uma realidade, com bibliotecas insuficientes, laboratórios inadequados, falta geral de material básico de trabalho, desqualificando o ensino e privando a população carente de receber os benefícios que a Universidade poderia propiciar", frisou Cassal.

Uma outra preocupação exposta é com

respeito ao número expressivo e crescente de professores substitutos, cuja permanência máxima na Universidade é de, no máximo, um ano, o que compromete, seriamente a qualidade do ensino e inviabiliza a pesquisa e a extensão. "Por isso estamos lutando. O Governo, por sua vez, nega-se a abrir qualquer canal de negociação com os servidores, mas não exita em transferir recursos públicos para o sistema financeiro privado falido, deixando a saúde pública, a educação e a previdência sem condições mínimas de atendimento ao conjunto da população. Depois alega ineficiência do Serviço Público para defender sua privatização", afirmou o secretário Cassal.

Conforme os professores, é mentiroso o argumento de que o fim da gratuidade do ensino superior seja a solução para o Ensino Público em todos os níveis. "Até a década de 60, as escolas públicas praticavam o melhor ensino do País. Os professores e profissionais de Educação eram valorizados, recebiam salários dignos e tinham condições adequadas de trabalho. O descaso e o descompromisso do Governo com a Escola Pública romperam a tradição, abrindo espaço para a crescente privatização do ensino de primeiro e segundo grau. Hoje, pretende-se fazer o mesmo com as universidades públicas", salientaram.

Na oportunidade, foi frisado a importância da UFPEL, em termos de comunidade, sem que tenha havido um melhor aproveitamento daquilo que existe, em termos comunitários.

SESSÃO ESPECIAL

Os professores, embora reconhecendo os transtornos que a greve acarreta para o conjunto da população acreditam que a luta por eles desencadeada, é o instrumento indispensável na construção de uma sociedade justa e não excludente.

Ao final, por sugestão da vereadora Virgínia, em data a ser marcada, a Câmara realizará uma Sessão Especial, na qual participarão representantes do Comando de Greve e o reitor Cesar Borges, que será convidado pela presidenta da Câmara, quando será amplamente debatida a situação como um todo. (Sérgio Machado)

DATA: 10/Maio 1986

JORNAL: Diário Haurá

